

Uma Política Nacional



Uma descrição do programa de emergência proposto por:

Oswald Ernald Mosley

Oswald Mosley

UMA POLÍTICA NACIONAL

*Uma descrição do programa de emergência
proposto por*

**SIR
OSWALD MOSLEY
M.P.¹
6º BARONETE**

Londres 1931- Brasil 2016

¹ M.P. : Membro do Parlamento

**OSWALD MOSLEY: UMA POLÍTICA NACIONAL, UMA
DESCRIÇÃO DO PROGRAMA DE EMERGÊNCIA PROPOSTO
POR OSWALD ERNALD MOSLEY**

Título Original da Obra:

A National Policy, An account of the emergency programme advanced by Sir Oswald Mosley M. P.

Edição Original: Macmillan and Co. Limited St. Martin's street, London, 1931.

Versão em Português por:

Lucas Gustavo Boaventura Martins Hektor Giacomelli
"Major" (Pseudônimo)
Francisco Fernandes
Pedro Paulo
Editora Centrista

Essa exposição do programa de emergência posto em marcha por Oswald Mosley e seis outros membros do Parlamento foi redigida por:

ALLAN YOUNG
JOHN STRACHEY, M.P.
W. J. BROWN, M.P.
ANEURIN BEVAN, M.P.

Primeira Edição no Brasil

SUMÁRIO

PREFÁCIO	8
PARTE I	11
A CRISE	11
TRÊS FUNDAMENTOS.....	12
O PROBLEMA ECONÔMICO	14
AS NOSSAS PERSPECTIVAS DE EXPORTAÇÃO	21
O MERCADO INTERNO.....	26
A NECESSIDADE DE UM PLANO	27
PARTE II	29
A POLÍTICA	29
ISOLAÇÃO E PROTEÇÃO.....	29
RESUMO DO CONTROLE DE IMPORTAÇÕES	34

DESENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE E DE NOSSO COMÉRCIO DE EXPORTAÇÃO	35
A PRESERVAÇÃO DA PAZ	40
O FINANCIAMENTO DA INDÚSTRIA	44
A LOCAÇÃO DA INDÚSTRIA	50
MOEDA E DÍVIDA.....	53
PARTE III	57
A MÁQUINA DO GOVERNO.....	57
PARLAMENTO	58
O EXECUTIVO.....	60
PARTE IV	62
RECONSTRUÇÃO IMEDIATA.....	62
O PLANEJAMENTO DO TRABALHO	62
ECONOMIA.....	63
ALOJAMENTO.....	64

AGRICULTURA.....	66
ELETRICIDADE E TRANSPORTE	71
IMPOSTOS	71
DEFESA.....	74
CONCLUSÃO	75
SUMÁRIO.....	77

“ A democracia julgava tornar-se querida das massas populares e não compreendeu que essas massas populares desprezam todos os que não tem coragem de ser o que devem ser. ” — **Benito Mussolini**

“ Eja, Eja, Alalá! ”

— **D'Annunzio**

“ As memórias que vêm através das gerações estão, provavelmente, mais deformadas que as memórias de uma simples vida. Há coisas que são dignas que as pessoas e os livros recordem, mas há outros assuntos triviais que a imaginação faz bem em excluí-los, como se fossem uma bagagem perdida em alguma estação ferroviária que passou a muito tempo. Eu me eduquei, desde sempre e conscientemente, a este respeito. ” — **Oswald Mosley**

PREFÁCIO

“Quer na festa comemorativa do segundo aniversário do Fâscio Inglês, a 30 de setembro de 1934, quer nas reuniões públicas em Hyde Park e Albert Hall, sir Mosley demonstrou meridianamente o avanço das idéias corporativas e nacionalistas na Inglaterra.

Agora a propaganda atinge índices vertiginosos entre mineiros e metalúrgicos, desiludidos das promessas comunistas e da covardia de seus chefes que ficam em casa enquanto eles morrem nas praças. A mais eficaz divulgação do fracasso marxista tem vindo das visitas feitas à Rússia pelos trabalhadores ingleses. Evidenciaram que um operário soviético é uma máquina sem direitos e com deveres absorventes. Um líder antifascista conhecidíssimo na Inglaterra, Mr. John Brown, passeou toda a Rússia sendo recepcionado festivamente pelos “camaradas”. De regresso a Londres Mr. Brown afirmou seu desencanto pelos métodos russos e, especialmente, pelos resultados obtidos à custa de tanto trabalho. Nenhum operário inglês suportaria o regime “ideal” na terra onde o proletariado dirige. “My general impression is that the facts do not fit the theory”, disse Mr. John Brown.

Os fascistas ingleses, ao contrário dessas notícias melancólicas para a Rússia, só possuem informações vibrantes de sua vitalidade. Meetings tumultuosos e concorridíssimos, caravanas por todos os distritos, intensa vibração no elemento feminino guiado pela mãe de sir Mosley, desfiles admiráveis e entusiásticos, todo o aparelhamento

espontâneo que surge ao encontro das idéias justas, surgiu e acompanha a marcha ascensional da British Union of Fascists.

Em fins de 1933 sir Oswald Mosley visitou a Itália e assistiu, ao lado de Mussolini, grandes paradas fascistas.

A.K. Chesterton, o grande mestre católico da Inglaterra, é um colaborador assíduo de “The Blackshirt”, o semanário oficial do fâscio londrino. Chesterton escreveu uma série brilhante de artigos subordinada ao título geral de “Creed of a Fascist Revolutionary”, detalhando observações integralmente favoráveis ao movimento da B.U.F.

A bibliografia fascista na Inglaterra está igualmente valiosa e sólida. Os livros de sir Mosley, W. Joyce, E.G. Mendeville Roe, James Dreunan estudam magnificamente a doutrina e a divulgam definitivamente.

Ultimamente foram publicados dois livros indispensáveis para a compreensão da doutrina fascista. Um é de William Joyce, “Fascist Educational Policy” e o outro de A. Raven Thomson “The Economics British Fascism”. Sir Mosley condensou no seu “Blackshirts Policy” todos os ensinamentos do Estado Corporativo, simplificando positivamente a campanha cultural.

Escreveu também “Fascism in Britain”, em que condensa as teorias do seu movimento.

A União Inglesa dos Fascistas ainda tem uma publicação exclusivamente dedicada às ciências econômicas e financeiras. É

“The Age of Plenity”, com estudos completos sobre os mais diversos aspectos da economia política e ciência das finanças.

Naturalmente, as agências telegráficas não tem interesse em irradiar informes das atividades de sir Mosley. Há um silêncio morno e estranho como existe em derredor dos 600.000 integralistas que seguem Plínio Salgado. Mas, apesar de tudo, e possivelmente por isso mesmo, nós vamos para adiante, com ou sem notícias. E para os companheiros “camisas negras” da Inglaterra o destino é idêntico.”

— Gustavo Barroso, in «O Integralismo e o Mundo» 1936

PARTE I

A CRISE

I

Enfrentamos uma crise nacional. O número de desempregados aumentou para um terrível total de dois milhões e meio de pessoas. A posição do industrialista torna-se diariamente mais impossível, e a do trabalhador diariamente mais precária. O Fundo de Segurança ao Desempregado (*The Unemployment Insurance Fund*) está falido. Fortes ataques ao nível de vida das massas — mineiros, trabalhadores ferroviários, trabalhadores públicos, etc., estão sobre nós, e o Parlamento parece não ter capacidade de os afastar. Não apenas estão os salários dos trabalhadores em perigo: todo o nosso sistema de segurança contra doenças e desemprego, pensões de idosos e vantagens educacionais, que existe incontestavelmente no mundo atual, é ameaçado pela crise econômica, dado que o dinheiro para o subsidiar está se tornando cada vez mais difícil de encontrar. Dia após dia, os ataques a estes **"Serviços Sociais"** crescem com força. A menos que algo seja feito — e seja feito de vez — o nível de vida construído pelas gerações do Esforço de União Comercial, os Serviços Sociais edificados por décadas de trabalho político, colapsarão. A situação exige ação, se pretende que um desastre destes sobre os empregados e os trabalhadores seja evitado.

Não vemos nada no programa oficial do Partido Conservador que ofereça uma alternativa ao aprofundamento da crise, nem evidências de que a crise aguardará no lento gradualismo do Banco da Frente² do Partido Trabalhista. De fato, advogamos que a máquina do Parlamento e do Governo necessitará de uma revisão para que haja uma ação imediata.

Submetemos a política ao julgamento do povo Britânico. De forma nenhuma foi delineada para resolver todos os problemas sociais da atualidade. De forma nenhuma constitui um conselho de perfeição. É um programa de um esforço nacional disciplinado para responder à emergência com que somos confrontados. Esperamos e cremos que evoque uma resposta que desenvolva um novo ímpeto na política Britânica — um novo estímulo à ação diante de um desastre ameaçador.

TRÊS FUNDAMENTOS

No começo da nossa própria abordagem ao problema, levantamos três condições gerais. A primeira é que a saída da crise não pode ser procurada na redução salarial, ou nos ataques aos Serviços Sociais. Possíveis cortes salariais fariam as já más condições dos trabalhadores intoleráveis. Seriam ressentidos amargamente e resistidos ferozmente.

² Assento partidário no parlamento do Reino Unido. (NT)

As greves e os locautes que os cortes inevitavelmente produziriam causariam perdas enormes para a Nação, e tornariam a posição da indústria Britânica ainda mais precária. **Nem acreditamos nós que salários e Serviços Sociais mais baixos, mesmo quando alcançados, restaurariam a prosperidade às nossas indústrias, uma vez que reduziriam o poder de compra da população no mercado interno, numa quantidade pelo menos tão grande quanto reduziram o poder competitivo nos mercados internacionais.**

A segunda condição é que qualquer programa para lidar com a crise deve ser pragmático. Questões do definitivo objetivo da sociedade estão excluídas, por causa da urgência do problema que enfrentamos. Assim, assumir-se-á, provavelmente, que algumas indústrias estão maduras para uma transferência para uma base de Utilidade Pública, e que a sua racionalização, de fato, envolverá uma transferência dessas. Onde tal transferência for necessária, deve ser esclarecido que o que está contemplado não é administração em Whithall³. No caso de outras indústrias, a base de utilidade pública não será considerada cabível ou possível. Em ambas as situações, a decisão deve basear-se mérito de cada caso, e não em ideias pré-concebidas de uma Organização Social desejável. Alguns acreditam

³ Rua de Londres onde se localiza o centro administrativo do Reino Unido, de forma comum referida como a sede do governo britânico. (NT)

que o total controlo da indústria deve pertencer à comunidade: outros acreditam que deve ser depositado em mãos privadas. Mas a questão imediata que nos preocupa não é uma questão da definitiva forma de Organização Social, mas de uma emergência pela qual toda a estrutura industrial está ameaçada.

A terceira condição é que, até onde for humanamente possível, os empregados e trabalhadores devem responder à emergência com um esforço comum. Nas palavras de um escritor recente: “Na situação de emergência atual, qualquer política adequada deve preencher duas condições. Deve ser profunda o suficiente para corrigir ou tender a corrigir as inaptações fundamentais e desequilíbrios do nosso sistema, de onde provém o desemprego; e deve garantir uma cooperação disposta do mundo comercial como um todo.”

II

○ PROBLEMA ECONÔMICO

O povo Britânico está, após algum tempo, a começar a acordar para o fato de que a base em que se construiu o comércio Britânico foi preponderantemente destruída.

Tivemos uma grande diferença comparativamente às outras nações na corrida industrial. Por anos, tivemos o que foi quase o monopólio da produção de vários tipos de produtos manufaturados. O Livre Comércio foi indubitavelmente a melhor política para este país. Porque não tínhamos concorrentes ou rivais realmente sérios. Tudo o que tínhamos de fazer era manufaturar os produtos que o mundo pedia. Os tempos, porém, mudaram completamente. É claro agora que não podemos mais basear todo o nosso sistema industrial em uma ou duas grandes indústrias de exportação, enviando os seus produtos para o mundo inteiro. O mundo não comprará mais estes produtos Britânicos nas quantidades de outrora. O caso aqui apresentado é que temos de enfrentar o fato de que o nosso antigo comércio de exportação está estrangido a ser mais e mais ameaçado e limitado pelas ações dos países estrangeiros, que não podemos controlar. Não há nada catastrófico nisto, como mostraremos. Mas é um fato que deve ser reconhecido e com que se deve lidar, e que irrompe pela estrutura econômica existente da Grã-Bretanha. Este ponto é de tal importância que parece necessário apresentar as razões pelas quais o nosso antigo, fácil monopólio de exportação não regressará para nós.

(1.) "*Industrialização Local.*"

Quase todas as nações no mundo se revelaram determinadas a estabelecer as principais indústrias dentro das suas fronteiras. Mesmo

que lhes custe muito, estão a produzir muitas das coisas que nos costumavam comprar. Fazem isto colocando altas barreiras alfandegárias, atrás das quais as suas "indústrias jovens" crescem. "A Industrialização dos mercados por trás de barreiras alfandegárias" está a acontecer por todo o mundo. Até pode ser muito estúpido para as nações estrangeiras, mesmo nos seus pontos de vista, fazer isto, mas a questão é que o fizeram. É verdade que, durante muito tempo, estas taxas estrangeiras tinham muito menos importância relativamente aos nossos produtos do que podia ser expectável. Conseguíamos produzir coisas tão melhor e a valores tão mais baixos, que os países estrangeiros simplesmente não tinham capacidade de evitar os nossos produtos. Quando o tentaram fazer, estabelecendo taxas escandalosamente altas, os seus próprios povos protestaram por terem de pagar tão mais por bens de uma qualidade tão menor. Mas isto deixou de ser verdade. As outras nações aprenderam a fazer coisas de uma forma quase ou tão eficiente como nós fazemos. De novo, as "vantagens naturais" de fazer as coisas num local em oposição a outro desapareceram amplamente. Por exemplo, costumava ser praticamente impossível manufacturar em grande escala a não ser perto de uma bacia carbonífera. Mas, agora, a energia da água e o petróleo colocaram vários países numa posição tão boa para a manufacturação quanto a nossa. O resultado destes dois fatores é que as taxas estrangeiras estão se tornando, e tornar-se-ão, muito mais eficientes. Isto porque os bens produzidos localmente não são mais inferiores ou

mais caros que os Britânicos. Conseqüentemente, não há forma de protestar contra as taxas e o Governo estrangeiro teve sucesso em excluir a Produção Britânica. Este ponto — “a industrialização local de antigos mercados” — é descrito no relatório do Comitê de Balfour sobre Comércio e Indústria⁴.

(2.) *Novos Concorrentes.*

Mesmo quando um país estrangeiro não consegue fazer algo autonomamente, não necessita de importar à Grã-Bretanha. Há cinquenta anos não havia outra grande nação exportadora. Mas atualmente existem outros três ou quatro concorrentes desesperadamente ansiosos para exportar. A Alemanha, por exemplo, tem de exportar, independentemente do custo, de forma a ter dinheiro para pagar as Reparações⁵. As indústrias germânicas são muito eficientes e os seus salários cerca de 25% mais baixos do que os deste país.

O Japão está muito melhor localizado geograficamente para capturar os mercados que, sem dúvida, crescerão na Ásia que este país.

⁴ Comitê reunido, entre 1924 e 1928, para apurar as razões do declínio da economia britânica a partir da Primeira Guerra Mundial. (NT)

⁵ Compensações monetárias, impostas no Tratado de Versalhes, às nações derrotadas na Primeira Guerra Mundial. (NT)

A França e a Bélgica têm indústrias manufatureiras que crescem a um ritmo acelerado, com salários cerca de 45% mais baixos que os nossos.

Os Estados Unidos da América, no entanto, são incontestavelmente o mais formidável concorrente na área da exportação. Tomaram já um lugar predominante no mercado Sul-Americano, e estão evidentemente determinados a estender o seu grande comércio de exportação por todo o mundo. Os custos de produção americanos estão a cair; reduções salariais, aumento de horas de trabalho e "aceleração" estão a ser usados como soluções à depressão. Consequentemente, a necessidade para exportações acrescidas aumentará, e devemos esperar uma competição americana sem precedentes, em todos os mercados no mundo. A qualquer preço, cortar competição às suas grandes indústrias com um vasto mercado interno acarreta vantagens enormes, uma vez que a disposição dos seus mercados estrangeiros tende cada vez mais para a unificação e o monopólio.

De novo, um novo tipo de concorrentes está surgindo e deverão surgir ainda mais. Até recentemente, a ameaça aos nossos produtos de exportação por parte da baratíssima produção do Oriente não era, de fato, tangível. A maior eficiência dos comparativamente bem pagos operários Britânicos tem sido capaz de competir, com êxito, com os

salários de seis ou quinze dólares por dia de um *Coolie*⁶. **Mas, com o desenvolvimento dos métodos de produção em massa, a eficiência manual torna-se paulatinamente um fator de menor importância.** O trabalho oriental pode ser considerado, com efeito, a mais eficiente execução de tarefas muito simples necessárias aos métodos de produção em massa, com vastas horas a salários baixíssimos. Os mercados mundiais serão, portanto, inundados com produtos indianos e chineses a preços incrivelmente baixos.

(3.) *Interferência Arbitrária.*

A teoria do Livre Comércio foi sempre baseada na supremacia das exportações Britânicas caso "a livre ação das forças econômicas" for permitida a operar. Mas as outras nações não estão permitindo que "a livre ação das forças econômicas" decida que nações devem produzir quais mercadorias. Pelo contrário, há uma tendência para formar grandes organizações de Produtores que, de repente, estão aptas a vender vastas quantidades de uma determinada mercadoria a preços que não têm qualquer relação com o custo de produção, de forma a capturar o mercado ou a gerar um excedente, ou por outras razões não econômicas. Este método, chamado de "dumping", tende a agravar a instabilidade dos preços a nível mundial. (vd. o efeito de

⁶ Termo aplicado historicamente aos trabalhadores braçais da Ásia, especialmente da Índia e da China. (NT)

duas grandes Organizações de Produtores — o *American Farm Board* e o *Canadian Wheat Pool* no preço do trigo nos últimos anos.)

Esta crescente instabilidade de preços está tendo um efeito desastroso nas nossas comparativamente desorganizadas indústrias de exportação. Qualquer país está obviamente determinado a interferir drasticamente na divisão "natural" do trabalho de forma a desenvolver todo o tipo de indústria dentro das suas fronteiras. Por exemplo, os Estados Unidos da América estão determinados a estabelecer, por subsídio direta, uma marinha mercantil. Os produtos americanos vão ser transportados de forma autônoma, e os contribuintes estão aparentemente preparados para, com esforço, sustentar o estabelecimento de indústrias navais.

Embora o custo venha a ser grande e permanente, não há razão para supor que os EUA não perseverarão neste esforço. O comércio de transporte mundial tem permanecido, até agora, dentro da supremacia Britânica. E, sem dúvidas, se fosse permitida livre ação às forças econômicas, assim permaneceria. Mas não lhes é permitida a livre ação. Vemos assim a negação deliberada da possibilidade de uma divisão natural de trabalho entre as nações, mesmo em casos onde as taxas não são um método possível de interferência. Perguntar-se-á, que indústrias serão deixadas às províncias especiais deste país se todas as nações do mundo criarem artificialmente cada indústria possível dentro das suas fronteiras? O que argumentamos, com efeito, é que não nos é mais possível questionar que indústrias devemos

desenvolver dentro da "livre ação das circunstâncias econômicas" — crendo que isto dará ao mundo a melhor divisão de trabalho possível. **Porque, na realidade, esta livre ação das circunstâncias econômicas não existe mais.** Foi frustrada pelas atividades de quase todos os outros países, através de taxas, de subsídios, de incentivos à exportação, através de qualquer tipo de interferência dentro do curso natural do comércio. Corretamente ou erroneamente, estas nações estão disponíveis a pagar um preço alto de forma a estabelecer determinadas indústrias dentro das suas fronteiras. A única resposta possível para este país é escolher conscientemente as formas de produção mais adequadas a si e ver essas indústrias permanentemente aqui estabelecidas, protegidas da interferências de fatores fundamentalmente arbitrários.

AS NOSSAS PERSPECTIVAS DE EXPORTAÇÃO

Esta análise pode soar como se nós estivéssemos desesperados pelas perspectivas do Comércio de Exportação Britânico. De forma alguma é esse o caso, como será revelado posteriormente, quando propusermos certos passos definitivos para a sua manutenção e nutrição. Nem estamos nós inconscientes de determinados fatores contraditórios. Por exemplo, embora seja verdade que no futuro nos contentaremos com uma percentagem menor do comércio mundial,

se a quantidade total de comércio mundial se expandir suficientemente depressa, essa menor percentagem poderá representar um valor tão grande como o de antigamente.

Novamente, embora seja verdade que a situação de algumas antigas indústrias de exportação, como as de Carvão e Algodão, é grave, as nossas perspectivas de certos recentes e altamente especializados comércios, como os produtos elétricos, motores de aeronaves, etc., são muito mais positivas.

Enquanto damos as boas-vindas a estes fatores esperançosos, devemos salientar que eles ainda não se revelaram, na prática, suficientes para contrabalançar os fatores de adversidade. **Caso se tivessem, não haveria nenhuma crise econômica; nenhum desemprego crônico em massa nos últimos dez anos.**

O que aconteceu foi que o declínio no antigo comércio de exportação de matérias-primas deu-se muito mais depressa do que a expansão dos novos comércios. Por cada homem que o novo comércio absorveu, os antigos comércios se livraram de vários. Isto revela, sem dúvida, que a nossa dificuldade é fundamentalmente de transição. Mas é só nesta transição que estamos falhando, e nos recusamos a virar a nossa atenção para o fazer, enquanto depositarmos a nossa fé numa restauração da posição das antigas exportações nas nossas velhas indústrias.

Um equívoco sobre toda a questão da dependência deste país do seu comércio estrangeiro está atualmente proliferado. O fato

indubitável de que seria muito mais caro produzir toda a comida e matéria-prima que precisamos, em vez de as importar do estrangeiro, onde podem ser produzidas a preços muito mais baixos, levou muitas pessoas a fazer suposições inteiramente injustificáveis acerca da necessidade de um enorme comércio de exportação. Quando ouvem algo como "o controlo de importações" ou "a estabilização e proteção do Mercado Interno", opõem-se, advogando que, embora tais medidas pudessem ter múltiplos benefícios, são impossíveis, uma vez que se diz que poderiam afetar adversamente as nossas exportações. E, argumentam, qualquer coisa que pudesse concebivelmente fazê-lo está fora de questão, já que "devemos viver exportando a fim de pagar para os alimentos e as matérias-primas sem as quais morreríamos de fome".

Este ponto de vista ignora, em primeiro lugar, que qualquer política para o controlo de importações teria como um dos seus objetivos a diminuição do número de produtos manufaturados que compramos ao estrangeiro, assim reduzindo proporcionalmente a quantidade de exportações necessárias para os pagar. É, no entanto, verdade que não subsistimos sem uma larga importação de alimentos e matérias-primas; mas sugerir que este país estaria minimamente em perigo de não conseguir pagar por eles, **mesmo se perdêssemos metade do nosso comércio de exportações atual**, revela uma ignorância completa dos dados relevantes.

Importamos neste país cerca de £509 milhões (1929) de alimentos, incluindo bebidas e tabaco. Além disso, importamos cerca de £285 milhões de matérias-primas. Alguns £150 milhões destas matérias-primas, contudo, são para reexportar após manufaturação. Considerando todos os valores, o total das importações necessárias, sem as quais não podemos subsistir, não vai além de £700 milhões; ainda assim, isto não permite nada ao desenvolvimento da agricultura Britânica, que é altamente desejável, e que poderia, com certeza, reduzir as nossas importações de alimentos por £100 milhões ao ano. Mas tomemos o valor redondo de £700 milhões por ano como a nossa inevitável "conta" de importações que tem de ser, de algum modo, paga, dado que não subsistimos sem elas. Como é que pagamos?

À primeira vista, parece que só poderíamos pagar através de exportações. Dois outros recursos, porém, que são habitualmente esquecidos, podem ir bem mais longe do que apenas balancear a conta. Em primeiro lugar, os países estrangeiros têm de nos pagar, por ano, £232 milhões por "serviços", como transporte, seguros, banca, etc., que lhes fornecemos. Em segundo lugar, eles têm de nos pagar não menos de £285 milhões por ano como interesse nos nossos investimentos Ultramarinos. Juntas, estas duas somas fazem £517 milhões por ano. De modo que eles pagam por tudo, mas £200 milhões de alimentos e matérias-primas ainda temos de comprar. As nossas exportações (1929) estão no valor de £700 milhões ao ano. De tal forma que poderíamos perder £500 milhões de exportações por

ano — mais de dois terços do total — e ainda assim pagar a nossa conta da importação.

Estes dados são aqui dados meramente para restaurar um sentido de proporção. Não é, naturalmente, sugerido que poderíamos reduzir a zero as nossas importações de bens manufaturados não essenciais. Novamente, não dão garantia nenhuma para negligenciar de qualquer modo as nossas grandes indústrias de exportação; e devemos detalhar propostas para seu benefício. Mas mostram conclusivamente o quão sem fundamento são os medos daqueles que se opõe a uma política que vise a adoção de um Mercado Interno como a real solução para as nossas dificuldades. **O aumento do padrão de vida do nosso povo, o consequente aumento do seu poder compra, e a organização dos nossos recursos produtivos e a mobilização dos nossos trabalhadores ociosos para irem de encontro a esse aumento, estes são as verdadeiras soluções.**

O antigo bordão sobre 'viver lavando a roupa uns dos outros' é inteiramente apropriada a este ponto. Se 'lavando a roupa uns dos outros' se refere à satisfação das necessidades econômicas dos nossos concidadãos através do nosso próprio esforço, então, de fato, este é o objetivo concernente de toda a política económica. Temos uma ampla margem para pagarmos o que queremos do estrangeiro. Permitamo-nos fazer o que pudermos para ajudar as nossas exportações, mas não nos deixemos intimidar pelo pânico ignorante de "pagar por

alimentos", negligenciando o nosso maior recurso, a organização do Mercado Interno.

As propostas que fazemos poderão ser consideradas de um ponto de vista como uma tentativa consciente para efetuar a grande transição para a nova base da Indústria Britânica, o que obviamente se tornou necessário.

O MERCADO INTERNO

Esses fatores recentemente introduzidos na situação mundial fazem mais do que simplesmente prejudicar as nossas chances de recuperar nossas exportações, eles estão afetando nosso próprio mercado, criando efeitos desastrosos. Flutuações de preço, dumping, a competição de trabalho manual, instabilidade e falta de confiança por esses motivos, nós provavelmente não acharemos um extravio para nossa produção de maquinários pós-guerra nos mercados externos. E para essa produção fluir para o mercado interno, precisamos de uma população com poderio de consumo muito maior que atual, de fato, para absorver os produtos de nossa indústria racionalizada, nós necessitamos também de um padrão de vida melhor que o do resto mundo. Mas como que um padrão de vida tão alto pode se manter ao ser exposto aos choques da anarquia econômica? **Frequentemente somos informados que devemos**

abaixar nossa qualidade de vida para reduzir nossos custos competitivos, no entanto o resultado disso seria menos poder de consumo. Se essa curta análise ser válida, nossa única esperança de recuperação teria sido destruída.

A NECESSIDADE DE UM PLANO

Toda a estrutura, e o equilíbrio da indústria britânica foi ajustada para um mundo criado por esses fatores. Por um século nossa prosperidade se baseou em uma alta especialização industrial, no entanto, muitas das indústrias em que nós já nos especializamos são as sendo as mais afetadas por mudanças mundiais. A produção de algodão na América e no Oeste foi estimulada pela guerra, nossa construção de navios tem caído por causa dos avanços do navio moderno, novos combustíveis e a descoberta de novos campos de carvão causaram a redução do mercado desse mesmo. Essas mudanças, principalmente nos últimos doze anos exigem uma migração abrupta para novas formas de produção mas tem encontrado nenhuma mobilidade nesse setor, resultando em efeitos catastróficos. Flexibilidade e adaptabilidade são as principais condições para o sucesso em um mundo que constantemente aumenta sua produtividade e muda suas necessidades por demanda das

maquinas modernas. Nosso fracasso em atender essas condições é a maior ameaça da situação. Para superarmos nossos problemas devemos encontrar um jeito de comprimir nos próximos anos tudo aquilo que nós não conseguimos adaptar da década passada.

Assim, uma Organização Nacional de Planejamento Econômico é essencial. **Pois a racionalização das indústrias individuais falharia nesse setor e somente intensificaria o problema a não ser que exista uma coordenação, equilíbrio e orientação que só pode ser criada pelo planejamento nacional.** O Planejamento nacional é tão essencial para a prosperidade britânica quanto a racionalização tem sido vista como essencial para a prosperidade de indústrias individuais. No entanto, antes de podermos iniciar o planejamento, temos que controlar e regular todos os fatores que atrapalham a direção de nossa produção. Por estes motivos, e outros indicados nessa análise chegamos a conclusão que o sistema que nós descrevemos como "isolação" é essencial.

Em suma, nossa análise nos mostra que as condições do mundo atual são contrárias a nossa facilidade de manter um monopólio de exportação. E por isso necessitamos planejar nossa vida econômica tanto para o mercado externo quanto para o interno. Na próxima seção nós propomos medidas para o planejamento no mercado interno, e após isso, o mercado externo.

PARTE II

A POLÍTICA

I

ISOLAÇÃO E PROTEÇÃO

A diferença entre o conceito de isolação, e a simples proteção a partir de tarifas vem da complexidade do sistema econômico moderno, que assim, necessita de uma solução igualmente complexa. Existem casos em que as tarifas não foram eficientes, por exemplo, que tarifa conseguiria ajustar as flutuações do preço do trigo? uma tarifa ad valorem poderia ser efetiva por uma semana, e falhar na próxima quando houver uma queda no preço. Ou uma tarifa adequada para uma semana, pode ser considerada muito restrigente quando ocorrer um aumento no preço, como pode uma tarifa lidar com o dumping resultante de grandes produtores financiados por organizações governamentais quando beneficiaria a essas organizações passarem por cima dessas tarifas? Tarifas não são efetivas, e não podem ser aplicadas nas commodities onde ocorrem extremas variações de preço, como alimentos e matéria-prima esse método simplesmente não é compatível com o mundo moderno, no caso de comida e matéria bruta, uma solução mais complexa é necessária, seja compra em massa ou cotas moderadas por um

conselho de controle de importações. Entretanto esses métodos não são aplicáveis a muitas partes da nossa importação.

Nós acreditamos que um sistema completamente novo terá que ser criado para lidar com essa classe de importações. Confiaremos nesse sistema para garantir que as proteções dadas as indústrias também sirvam o interesse nacional, diferente de uma simples máquina de impostos e tarifas resultaria em aumentar o lucro de um setor em específico. Assim, concluímos que uma organização ou sistema criada para o controle de importações pode satisfazer essas condições.

Esse é um tipo de organização que nós chamamos de um "conselho de commodities" tendo que cada conselho teria que lidar com uma commodity ou grupo de commodities essenciais. O sistema criado a partir do **Dyestuffs act** é análogo a o que nós estamos propondo, esse sistema se baseou no princípio que, **proteção só pode ser dada ao fornecedor de uma commodity, se estiver em apoio com os desejos dos consumidores dessa mesma commodity**, e assim, o conselho de corantes, contendo cinco representantes de usuários de corantes, três representante de produtores, e três pessoas independentes, é de fato o protótipo de um Conselho de Commodities. Devemos lembrar que a função desse conselho é permitir que os usuários somente possam importar produtos sem tarifas se eles conseguirem mostrar que a produção interna não é o suficiente, ou é excessivamente cara, No entanto, não estamos

sugerindo que o sistema do Dyestuffs act seja reintroduzido, pois aquele sistema possuía muitas falhas, e as reclamações foram justificadas.

O problema cai então sob quais instruções devem ser dadas aos conselhos, e em que condições estes podem permitir a importação de produtos. Essas instruções devem variar de acordo com a commodity em questão e os problemas específicos a eles. Novamente, nós não estamos sugerindo que o Dyestuffs act seja um modelo para um conselho de commodities controlando algo tão importante como o aço. Mas o que tiramos do DyeStuffs Act é que não há nada de errado na proteção de uma indústria por um conselho de controle, contanto que os usuários do produto possuem grande representação

A função que temos em mente para os Conselhos de commodities seria o controle de uma certa commodity, como por exemplo o aço, com os seguintes objetivos e seguindo as seguintes condições:

(1) Para permitir que uma indústria se racionalize. É claro que um conselho em que representante dos usuários estão constantemente aplicando pressão para um produto mais barato e de melhor qualidade, e em que os produtores estão pressionando para a remoção do produto importado, seria a ferramenta governamental mais eficiente para melhorar a indústria britânica. Pois um acordo entre o

produtor e o consumidor só poderá surgir se houver produção suficiente por parte da indústria interna. Assim, o conselho de commodities se consolidaria como um instrumento permanentemente levando a indústria para melhorias. É notável que a indústria de corantes, que foi submetida a uma pressão semelhante durante uma década, é a industrial britânica mais eficiente

(2) O conselho de commodities deve ter acesso a todos os custos, etc. Das indústrias sobre sua proteção, assim ele sempre estará em uma posição para proteger a comunidade contra a exploração, etc. Ao mesmo tempo, vendo que os conselhos são organização cooperativas entre indústrias, esses custos continuarão confidenciais.

Novamente, nós não sugerimos que o métodos criado pelo Dyestuffs act, especificamente a proibição total de importação, sujeito a licença do comitê de usuários e produtores, seja universalmente aplicável pois dificuldades internacionais (tratados comerciais, etc.) criam a necessidade de certa flexibilidade, que pode ser mantida pelo conselho de commodities usando tarifas, licenças e proibições.

Assim, a representação dos sindicatos, tanto de produtores e indústrias consumidoras, é essencial. Isso garantiria que assuntos como salários receberiam a atenção devida. Pois somente em casos onde os salários britânicos forem significativamente maiores que os

pagos por produtores externos, ocorreria limitação de importação desconsiderando o preço mundial. A essência de todas as nossas propostas é o princípio que a proteção do estado sob uma indústria, não deve beneficiar somente o produtor, mas também o consumidor e o trabalhador, **pois o poder de consumo do trabalhador deve aumentar junto com a sua capacidade de produzir, ou o buraco entre estes continuará a crescer, aumentando o que pode ser visto como o maior paradoxo desse século, e a raiz dos problemas de desemprego.** Se o poder do estado será utilizado a partir do sistema que nos propomos para proteger o produtor, o estado tem o direito de garantir que essa proteção também beneficie o trabalhador. E assim, com o nosso mercado interno protegido da instabilidade mundial, nossa produção crescerá, e com ela, veremos anualmente o aumento da qualidade de vida dos trabalhadores. Por isso, propomos que os benefícios dados pelo estado sejam baseados em um acordo espelhado com os trabalhadores.

O Estado estaria certo em retirar a proteção de qualquer indústria que não favoreça a condição de trabalho, e vendo que os trabalhadores tem o direito a uma parte significativa do controle industrial, propomos a representação de sindicatos nos conselhos de commodities como um pilar de nosso sistema.

O funcionamento desse sistema garantirá que qualquer diferença de preço entre um produto importado, e um produto nacional, será

puramente por salários mais altos pagos em nosso país, assim, qualquer caso contra tal proteção será destruída na mente de todos que aceitam o princípio que o preço de um produto não pode ser permitido a cair a um ponto que leve os trabalhadores que o produzem a fome. Qualquer outro sistema, iria ser falho, ao gerar lucro as custas do consumidor ao invés de o favorecer.

RESUMO DO CONTROLE DE IMPORTAÇÕES

Para resumir, nosso posicionamento é que planejamento nacional – que atualmente é o único caminho para a Bretanha – é impossível sem o controle de importações. Claro, seria teoricamente melhor de planejar o mundo inteiro como sendo uma unidade única, mas ninguém tem o poder para fazer isso. Portanto, deve-se começar por algum lugar. A única área pela qual podemos começar é a Grã-Bretanha, mas primeiro nós devemos a desmarcar do caos da presente economia mundial. Isto, nós propomos fazer pela política de controle de importações. Nós indicamos os vários métodos e dispositivos os quais podem ser usados. Seria surreal dizer que qualquer um pode dizer exatamente quais métodos serão usados para a solução de qualquer problema em particular antecipadamente, mas nós declaramos claramente que nós aderimos ao princípio de proteção do mercado domésticos através do controle de

importações, pois sem isso um planejamento nacional é impossível.

DESENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE E DE NOSSO COMÉRCIO DE EXPORTAÇÃO

As propostas acima expostas referem à estabilização do mercado doméstico. Não é possível, entretanto, contentar-se com isso. Nosso grande comércio de exportação é hoje submetido à total força da instabilidade econômica mundial e a injusta competição com as quinquilharias. Nós devemos, forçosamente, voltar nossa atenção ao problema de regulamentação e proteção de nossos comércios ultramarinos. Seria ilógico planejar a proteção de nossas indústrias da instabilidade e competição desleal no mercado interno, em ordem de manter os padrões salariais, e então recusar fazer qualquer esforço para proteger os mesmos produtos da mesma competição quando a produção é para exportação. Nós não podemos contemplar a continuação das circunstâncias nas quais os trabalhadores na nossa indústria de exportação estão à mercê de incontroláveis e arbitrárias forças mundiais. Se nós o fizermos estaríamos condenando-os a padrões de vida mais baixos do que é gozado por trabalhadores das indústrias que aprovisionam o mercado doméstico. Ademais, nós deveríamos aplicar feridas no mercado interno por reduzir o poder de compra, nos deixando assim abertos a uma repetição da depressão da qual estamos tentando escapar.

Como é a proteção do nosso comércio de exportação para ser alcançada? Amplamente, pelo direcionamento de nossas valiosas

aquisições de alimentos e matérias-primas nós devemos ser capazes de arranjar tais condições nos mercados ultramarinos como garantia para que nossas indústrias de exportação tenham acesso à mercados adequados. Para estes propósitos é natural voltar-se primeiros aos domínios – grandes nações de governo autônomo as quais estão, ainda por razões históricas, prontas para entrar em acordos comerciais recíprocos conosco: nações com as quais já nos encontramos periodicamente nas Conferências Econômicas, nações com as quais nós já fizemos uma grande proporção de nosso comércio de exportação.

A existência do Império Comunitário nos dá uma grande oportunidade de estender os princípios essenciais de planejamento e ordem da nação para toda uma seção do globo; do nosso comércio doméstico para uma parte, ao menos, para o comércio de exportação. Se as Colônias, assim como os Domínios, estão incluídas, isto significa que nada menos que na faixa de 40 por cento da nossa exportação é especialmente suscetível à arranjos, planejamento e proteção. E tão longo quanto os arranjos comerciais – o planejamento Imperial – é genuinamente de vantagem mútua de ambas as partes, e é empregada com o total consentimento de seus povos ambos Bretões e Nativos, é altamente desejável que o princípio seja estendido dos Domínios para as Colônias e Dependências. De fato, não é muito dizer que a criação de um dito plano sistemático para ordenamento e desenvolvimento balanceado dos gigantescos recursos dos territórios associados junto pela conexão Britânica seria um dos maiores passos rumo à conquista da seguridade econômica e bem-estar que pode ser feito. Não deve haver, certamente, sugestão de se voltar ao velho sistema Colonial pré-século XIX, segundo o qual a Bretanha tentou monopolizar, e também explorar, o comércio de suas Colônias. Essa

política perdeu um Império da Bretanha e, se alguém for tão louco para tentar revivê-la, iria com certeza fazê-la perder outro. Tampouco deve haver qualquer tentativa de impedir a constante industrialização das partes do Império não autogovernado que são adequadas e maduras para o processo; pois isso é, de fato, somente uma forma oculta de exploração e deve no final, levar ao mais profundo ressentimento e, finalmente à revolta. Ao contrário, o planejamento Imperial – no caso das partes não autogovernadas do Império – a qual nós prevemos que poderiam prover uma constante industrialização de áreas adequadas. Mas esta industrialização procederia sob um plano consciente, não desordenada e desequilibrada como na forma presente. Por exemplo, indústrias definidas para as quais as condições locais eram especialmente favoráveis seriam fomentadas em um lugar, enquanto outras indústrias seriam encorajadas em outro. No mesmo tempo as dependências, por mais rápido que seja seu progresso, seriam dependentes por muitos anos de um velho país industrial para suas cada vez mais complicadas e altamente desenvolvidas necessidades industriais. A indústria Britânica poderia ser conscientemente desenvolvida e adaptada para suprimento destas necessidades, na confiança de que o processo de industrialização primária o qual estava sendo fomentado nas Dependências criariam os mercados necessários.

A sugestão do Relatório do Congresso de Sindicatos (TUC-UK), propondo um Secretariado Econômico do Império, dá um pontapé na direção certa. A concepção central é o planejamento de uma Comunidade Econômica nas linhas de um grande empreendimento econômico com uma variedade de departamentos complementares e não conflitantes. Em tal planejamento uma variedade de dispositivos será empregada sem temor de rótulos, seja Socialista ou Protecionista.

É, de certo, verdade que o Império não é uma completa unidade econômica. Também é verdade que a ruptura abrupta de compra de outros países que atualmente oferecem um mercado em troca do nosso comércio de exportação prejudicaria esse comércio. Mas tais transições abruptas são necessárias, ou contempladas. Com o poder de compra centralizado em nossas mãos nós poderíamos dar aos Domínios vantagens as quais obrigariam o rápido desenvolvimento da unidade econômica do Império, enquanto que ao mesmo tempo nós poderemos manter as relações de compra com os países os quais nos suprem em retorno com mercados substanciais. Em termos gerais, nossa política seria de manter as compras dos países que agora nos proporcionam mercados recíprocos, mas desviar as compras do Império de países que no presente momento nos dão pouco ou nenhum mercado em retorno. O volume de compras diretas que nossa organização de compra centralizada deve em qualquer caso fazer nos daria uma ampla margem para buscar estes objetivos.

Aqueles que se opõem a uma política de desenvolvimento dos mercados do Império ignoram certos fatos básicos da situação atual a que já foi feita alguma referência.

(1) Os mercados do Império já absorvem 40 por cento de nossas exportações

(2) Eles têm sido e serão rapidamente mercados em expansão.

(3) Nós estamos perdendo terreno em quase todos os outros mercados por conta de fatores sobre os quais não temos controle e que tem tendência a aumentar e não diminuir.

No Império nós temos a possibilidade de construir um mercado o qual nos dará uma base segura para o desenvolvimento de nossa indústria. Dentro daquela larga unidade autocontida nós podemos construir um padrão de vida alto o suficiente para absorver o produto da máquina moderna. Nós podemos, de fato, não somente isolar nosso mercado interno, nós podemos também começar a isolar 40 por cento da nossa existente exportação em seus mercados de mais rápida expansão. Deixe-nos por todos os meios tomar quaisquer medidas que possamos para manter nossa exportação no resto do mundo, mas nos deixe perceber que fatores sobre os quais nós não temos controle irão provavelmente tender, no final, a compensar nossos esforços.

Nossa posição é que a situação surgindo das dificuldades crescentes de nossa posição exportadora em mercados estrangeiros pode ser atingida através (*a*) do desenvolvimento da nossa exportação dentro do Império, (*b*) pela redução das importações e aumento da produção interna, tanto agrícola quanto industrial.

Nós não devemos, no entanto, mostrarmo-nos desesperados sobre os prospectos do nosso comércio externo a certos países estrangeiros, assim como no caso de certos tipos de especialidades. É verdade que nós acreditamos que devemos encarar o fato de que essas exportações sofrerão gradualmente com os fatores os quais mencionamos anteriormente (tarifas protecionistas estrangeiras, competição de produtos manufaturados, etc) mas, ao mesmo tempo, acreditamos que uma poderosa “direção de vendas” (como a que o Sr. Hoover, enquanto Secretário do Comércio, organizou na Indústria Americana), barganhando com países estrangeiros – nossa especialidade – em conjunto com uma produção em grande escala, a qual nossos mercados locais e Imperiais fariam possível, poderiam

manter essas exportações a um nível exponencialmente alto por muitos anos, a despeito de maiores salários e custos tarifários no país. Novamente, nós acreditamos que acordos econômicos podem surgir com outras potências econômicas, assim como, também, com unidades dentro do próprio Império. Por exemplo, nós acreditamos que é chegado o tempo no qual seria aconselhável dividir o fardo de quaisquer riscos implícitos no envolvimento em uma política de subsídios ao crédito necessário para tornar possível uma exportação realmente massiva de produtos, advindos de nossa indústria pesada, para a Rússia. Além do mais, a alternativa é continuar a incorrer, como fazemos no presente, o risco muito mais grave de vermos as exportações Americanas e Alemãs assegurando uma posição firme nesse novo e grande mercado, enquanto nossas indústrias pesadas tornam-se cada vez mais obsoletas e falidas pela carência de demanda. Ao mesmo tempo, tal acordo proveria bilateralmente a importação de matérias-primas Russas, para o nosso país, livre da influência predatória do dumping comercial. A Argentina é outro dos países estrangeiros com o qual tais acordos devem ser feitos.

A PRESERVAÇÃO DA PAZ

Os demais adeptos de uma política econômica de *laissez-faire*, sem dúvida, alegarão que qualquer proposta de planejamento econômico causará fricção internacional e, assim, aumentará a dificuldade de manter uma paz permanente e segura. A objeção é inteiramente irreal: além disso, torna-se particularmente doente dos adeptos do sistema *laissez-faire*, pois o próprio *laissez-faire* levou às mais insolúveis

dificuldades internacionais. Quando nós chegamos a considerar os aspectos internacionais da política econômica que estamos a avançar é essencial sustentar constantemente na memória as possibilidades alternativas no mundo real. É bem verdade que a política que visa planejamento nacional e regional é aberta para objeções nos quesitos de fricção internacional, como comparado à política de planejamento mundial. Mas planejamento econômico mundial efetivo (a qual é a única solução final para os problemas econômicos do Homem) pressupõe uma autoridade mundial para planejar. Nenhum partido na Grã-Bretanha pode ter mais que uma modesta influência de uma forma ou de outra na criação de tal autoridade. Na realidade, nós sabemos que a possibilidade é remota. Conseqüentemente a única comparação realista da política de planejamento regional aqui advogada não é com uma política utópica de planejamento mundial, mas com perigosa rixa econômica do mundo real de hoje.

Se isso, a verdadeira comparação, for feita, pode-se dizer sem hesitar que o planejamento econômico ordenado de uma seção do globo será um elemento estabilizador, não perturbador. É bem verdade que nossas propostas não irão pôr um fim às rivalidades econômicas entre as nações: isto, por exemplo, pode haver forte concorrência internacional para as encomendas em massa de uma organização de compra Britânica centralizada. Não há pretensão de escrever um prospecto para a Utopia. Pode ser sugerido, entretanto, que as rivalidades econômicas internacionais não são desenfreadas hoje sob uma política econômica Britânica de *laissez-faire*?

O *laissez-faire* sob as condições do século XX se resolveu em uma louca corrida pelos mercados; cada nação é levada a reduzir os salários reais e padrões sociais de seu povo para o ponto mais baixo possível, a fim de "obter negócios". Os governos enquanto preservam

uma pretensão de não-interferência, ativamente promovem a vantagem econômica de seus nacionais: os comerciantes e industrialistas de uma nação seguem cegamente em frente a exploração de algum mercado estrangeiro até eles encontrarem os mercadores de outra nação e seus interesses econômicos se confrontam. Antes que alguém tenha percebido plenamente o que aconteceu, os Governos estão envolvidos. Nenhum dos governos, em nove casos em dez, é realmente belicoso. Mas cada um sente que deve apoiar seus próprios nacionais em uma competição econômica que já quebrou para fora. Tais são as consequências reais do laissez-faire não regulado no mundo do século XX. A principal dificuldade nos assuntos internacionais hoje é o fato de que as grandes nações são altamente organizadas politicamente, mas são bastante desorganizadas economicamente. É esta disparidade que está na raiz da maioria de nossas obstinadas dificuldades internacionais. A falta de um Estado Mundial, a única possibilidade para a preservação permanente da paz reside na organização e integração econômica das grandes nações, de modo que cada uma se torne uma empresa econômica bem regulada, estável e bem-sucedida, negociando com os outros em bases bem definidas e linhas bem reguladas. Uma analogia dos assuntos internos é relevante. Ninguém hoje supõe que a paz industrial pode ser assegurada por desmembramento das organizações dos empregadores e dos sindicatos, por meio da dissolução forçada da Federação das Indústrias Britânicas e do Conselho Sindical. Tal ação realmente restabelecerá um completo laissez-faire no mercado de trabalho. Mas é reconhecido que, longe de impedir greves e bloqueios, certamente criaria tal caos e confusão que resultariam em contínua e desastrosa guerra industrial.

Ainda, este estado de desorganização de fato existe nas relações econômicas entre as nações. Certamente uma política de

planejamento econômico consciente a qual irá prever e guiar a tendência do desenvolvimento econômico; o qual irá antecipar os pontos de inevitável fricção ; o qual irá entrar em avanço, antes de paixões tendo-se estado desperto pois prestígio é envolvido nas negociações com Governos estrangeiros por suas soluções equitativas, oferta-se assim incomparáveis e melhores possibilidades para a manutenção da paz? Nações não vão à guerra por quererem fazê-lo. 'Elas vão à guerra pois descobrem subitamente que entrarão em um impasse econômico do qual não há escapatória exceto pelo uso da força. Tudo que tenda a colocar a vida econômica das nações em uma base segura e estável certamente promoverá a paz no mundo.

II

PLANEJAMENTO NACIONAL E DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL

Já foi sugerido que nós não consideremos que planejamento nacional pode ser empregado com êxito sem as medidas anteriores para a estabilização do mercado interno pelo controle das importações e fomentando o comércio de exportação dentro do Império e quaisquer outras oportunidades que possam ser oferecidas pelos meios sugeridos acima. Mas quando esses passos forem tomados nós acreditamos que a confiança no futuro industrial Britânico terá sido restaurada. O empresário e fabricante Britânico, agricultor e inventor científico serão todos confiantemente capazes de seguir com planos de desenvolvimento. A ameaça de importações irregulares, frequentemente vendidas aqui por longos períodos à preços não

econômicos, ou produzidos sob condições "enxugadas", terão sido removidos da comunidade de negócios. Deste modo, certos mercados de exportação definidos terão sido assegurados nos quais nossa grande indústria de exportação possuía a oportunidade de crescimento e desenvolvimento.

Acredite, entretanto, que muitas são as dificuldades da presente situação industrial uma maior assistência para a mesma deve vir diretamente do Estado. Nós propomos o estabelecimento de um Conselho Nacional de Planejamento. Este conselho iria coordenar as atividades do proposto "Quadro de Commodities" e iria trazê-lo à consulta dos representantes das grandes indústrias. Seu instrumento de execução principal seria o Quadro de Investimentos Nacional.

O FINANCIAMENTO DA INDÚSTRIA

Nós acreditamos que não há maquinário adequado existente na Grã-Bretanha atualmente para o financiamento de novas indústrias e a reorganização das antigas. No que diz respeito à isso é um tragédia que nenhum Governo tenha até agora se adaptado para estabelecer tal organização. O sistema bancário Britânico é historicamente incompetente para esta tarefa e as tentativas de movimento as quais a Cidade de Londres tem feito (ao estabelecer a Companhia de Desenvolvimento Industrial dos Banqueiros, etc.) nesta direção não aparentam ter tido resultados apreciáveis. Nós sentimos que os Governos tem estado errados quando sentiram que teria sido melhor lavar as mãos da responsabilidade pela racionalização. Um Governo moderno é sempre responsável pelo eleitorado e pela condição geral

da comunidade e seria muito mais sábio para o Estado francamente assumir tal responsabilidade, para intervir, para aprimorar e expedir o processo de racionalização, enquanto mitigando suas dolorosas consequências. Em suma, o Estado deve formar uma organização para elevação, sob garantias governamentais de capital novo necessário para o estabelecimento de novas indústrias e reorganização geral das antigas.

O órgão principal para executar um planejamento econômico nacional seria o Quadro de Investimento Nacional. A primeira função seria a de controlar e coordenar todos os investimentos os quais atualmente são feitos sob os auspícios do governo ou autoridades locais. Isto incluiria o presente trabalho do Quadro de Empréstimos para Obras Públicas, os investimentos das balanças da Agência Postal de Poupanças e órgãos similares. O Quadro deve tomar e estender as funções da Companhia de Desenvolvimento Industrial dos Banqueiros.

Em adição, o Quadro deve administrar um maquinário similar para estabelecer-se sob o "*Trade Facilities Act*" em 1921. Sob isto o Estado garantirá empréstimos para os industriais para propósitos aprovados de reequipação. Todo o campo de política econômica envolvido em administrar estes poderes (os quais são esperados a levar a um maior investimento de capital que o que se seguiu no antigo "*Trade Facilities Act*") deve estar dentro do alcance do Quadro. Questões como a maneira como as indústrias serão apoiadas, qual equipamento irão utilizar e a locação de novos trabalhos devem ser consideradas pelo Quadro de Investimento Nacional como parte da execução de um plano econômico geral.

Isto também se encontra nas necessidades da Comunidade, em adição ao Quadro de Investimento Nacional, um Banco Industrial, de quem seria a função de encontrar as necessidades da indústria no mercado mais baixo da mesma maneira que o Quadro Nacional encontraria suas necessidades para capital de longo prazo. A política do Banco Industrial como um todo deve estar sujeita ao controle do Quadro de Investimento, e tendo assistência concedida pelo Banco Industrial acarretaria com condições similares, nos interesses da política pública. Tal banco não deveria trabalhar em competição ativa com os Bancos existentes, mas deveria assegurar a cooperação deles em trabalhar no maquinário proposto.

Em um tempo de crise como a atual o trabalho principal do Quadro seria estabelecer novos projetos capitais através de todo o campo da indústria a qual não iria, sob as presentes circunstâncias, ser realizada.

Pesquisa Científica e Industrial:

Intimamente ligado com esta nova Casa de Financiamento Público, deve ser aumentado e reconstituído Departamento de Pesquisas Industriais e Científicas. Em longo termo nada é de maior importância que a mobilização e prestação efetiva para os propósitos do renascimento nacional, os formidáveis recursos científicos da Grã-Bretanha e conseqüências. Foi dito que os resultados obtidos pela Ciência durante os últimos vinte anos criaram uma maior revolução na vida do Homem do que todas as descobertas dos duzentos anos anteriores: e que as únicas pessoas que permanecem ignorantes e desinteressadas nestes resultados são os políticos que guiam o destino

da nação. Entretanto é talvez, isto é inquestionavelmente verdade que o futuro industrial da Bretanha depende mais, quicá, sobre a rápida e efetiva adoção de novos resultados científicos mais que qualquer outro fator. Nós somente podemos nos manter como potência de poderio mundial ao ser potência mundial em certos campos importantes da atividade humana. Nosso alto nível de industrialização, nossa incomparável experiência técnica, a habilidade de nossos operários, nossos grandes recursos de habilidade científica e devoção, nos dão a oportunidade de manter nossa liderança indefinidamente. O que falta pulso -como tantas vezes na Grã-Bretanha é a efetiva coordenação e aplicação de nossos recursos.

Nós não temos nada que dizer contra o admirável trabalho feito diuturnamente pelo Departamento de Pesquisas Industriais e Científicas. Mas a escala sobre a qual é permitido operar é muitíssimo limitada. Novamente, o método que o Departamento essencialmente emprega somente é adequado para certos propósitos. No presente momento o Departamento procede principalmente fazendo concessões de despesas proporcionadas ao valor total subscrito a organizações de Pesquisa estabelecidas por várias indústrias. Isto é sem dúvida um excelente método devendo continuar e ser desenvolvido. Ao mesmo tempo muito mais é necessário. Acima de tudo, um método deve ser estabelecido pelos quais novos dispositivos e invenções podem ser transportados através do estágio de dificuldade intermediária entre resultados laboratoriais bem-sucedidos e exploração comercial. No momento, o Departamento somente pode testar invenções sob a própria despesa de seu proprietário e emitir um relatório sobre os resultados obtidos. Este relatório pode, é claro, ser de valor quando o inventor procede até à cidade na tentativa de obter

financiamento para sua invenção; mas esta é toda a assistência pública que ele pode receber.

Nós estamos convencidos de que os métodos presentes significam na prática que a questão de se uma nova descoberta obtém o financiamento necessário é em larga escala uma questão de chance: muitos inventos inúteis recebem financiamento e as poupanças da Comunidade são desperdiçadas neles, enquanto descobertas de vitais importância são ignoradas. O Departamento de Pesquisas Industriais e Científicas deve ser feito, de fato se não em forma, uma seção do Quadro de Investimento Nacional. Uma certa soma máxima ou “Concessão por Bloco” deve ser reservada a cada ano a qual o Departamento usará para o desenvolvimento de um seletivo grupo de invenções. Estes inventos devem ser pegos, após um adequado arranjo financeiro vindo junto do patenteamento, logo após sair do estágio laboratorial e ser posto no mercado sob os auspícios públicos. Usualmente, sem dúvida, o Departamento indenizar-se-ia ao permitir a manufatura do dispositivo sob a licença de uma firma privada, ao invés de entrar na produção.

Naturalmente uma proporção destas invenções provar-se-ão completos fracassos e o dinheiro gasto terá sido em vão. Se, entretanto, somente um em dez inventos selecionados provarem-se bem-sucedidos, o Departamento se encontraria indenizado em muitas vezes mais. Seu objeto, no entanto, não seria feito para o lucro, mas para prover um fluxo constante de melhoramentos científicos para o uso da indústria Britânica.

Ciência e Carvão:

Outro campo no qual o Quadro de Investimento Nacional deve trabalhar em associação bem próxima com seu departamento científico, seria na questão do estabelecimento de inúmeras novas indústrias neste país, indústrias as quais, enquanto não suficientemente rentáveis para atrair capital privado, seriam, num campo público mais amplo, um dos maiores e melhores objetos de uso da Comunidade.

Um notável exemplo de tal indústria é a de carbonização de carvão. Este processo aparenta ser insuficientemente rentável para atrair qualquer quantia de capital privado. Isto deveria, no entanto, ser mais cuidadosamente considerado se o deliberado estabelecimento de uma indústria de Carbonização de Carvão em larga escala neste país não seria justificada nos campos da política pública, mesmo que o rendimento sobre o capital investido permanecesse abaixo da taxa a qual capital o privado requereria.

Pode ser visto que tais considerações como as que se seguem, a qual nenhum investidor privado poderia tomar em conta, justificaria completamente a conduta. Primeiro, a possibilidade de “salvamento” de um largo montante do capital da Comunidade a qual tem afundado na mineração do carvão, e a qual renderia lucro novamente se um novo mercado para o carvão fosse criado. Segundo, a redução do nosso grau de dependência sobre combustível petrolífero. Terceiro, a produção de um combustível com menor emissão de fumaça com todos os incalculáveis benefícios os quais tal descoberta traria para nossas populações urbanas. Quarto, a economia no alívio do desemprego a qual seria efeito direto pela criação de um grande volume de trabalho nos campos carboníferos.

A fomentação de invenções é, contudo, apenas um dos papéis criticamente importantes o qual a ciência deve desempenhar para o renascimento de qualquer nação. Para a agricultura, tanto aqui quanto nas partes tropicais do Império, algo está sendo feito; mas muito mais poderia e deve ser feito. Uma soma comparativamente pequena utilizada em pesquisas médicas quase certamente aumentaria a eficiência nacional à uma extensão a qual reembolsaria a Comunidade muitas vezes mais. Novamente, nenhuma tentativa organizada de padronização, para propósitos de produção em massa, de muitos dos produtos básicos da indústria, comparáveis à memorável campanha do Sr. Hoover nos E.U.A, tem sido feita neste país. Em suma, a ciência deve ser mobilizada e aplicada por um organizado e sistemático método, caso quaisquer planos de renascimento nacional pretendam gerar frutos.

A LOCAÇÃO DA INDÚSTRIA

Nós acreditamos que um dos passos mais importantes em direção a um planejamento nacional bem-sucedido seria de o Estado possuir o direito de planejar a locação de novos desenvolvimentos de indústrias neste país. É um erro pensar deste país, até mesmo no atual momento, como estando em um estado de estagnação industrial. Novas indústrias estão se desenvolvendo com considerável rapidez até mesmo hoje. A crise industrial consiste no fato de que as velhas indústrias estão decompondo-se mais rapidamente do que novas indústrias estão se desenvolvendo. Nós estamos confiantes de que nossas propostas irão ajustar esse balanço; mas o problema de como e

onde novas indústrias deverão desenvolver-se mantêm-se de grande urgência. Nós cremos que o Governo deve estabelecer um Departamento o qual iria emitir licenças aos novos empreendimentos antes de estabelecerem serviços, minas ou fábricas. O papel desse Departamento seria o de ajudar homens de negócios em encontrarem o lugar mais cientificamente adequado para iniciarem seus novos trabalhos, não os dificultar ou impedi-los. Isto prepararia a mais abrangente informação disponível quanto às naturais e adquiridas condições de cada parte deste país. Mapas econômicos detalhados de cada área seriam preparados de modo que um industrial pretendendo estabelecer um novo pátio encontraria neste Departamento uma incomparável riqueza de informação que o encaixasse à sua área mais adequada.

A urgência desta proposta não pode ser exagerada. O desenvolvimento está ocorrendo no dia-a-dia rapidamente, porém da maneira mais casual e indesejável. Este desenvolvimento irregular está criando problemas quase insolúveis em matéria de transferência de trabalho, realojamento e governança local de um modo geral. Áreas inteiras estão sendo deixadas abandonadas e uma significativa proporção de recursos capitais da Comunidade deste modo são desperdiçadas. É absolutamente essencial fazer algumas de nossas áreas industriais antigas serem áreas disponíveis para o estabelecimento de novas indústrias. Muitas delas estão entre as áreas melhor equipadas no mundo no que diz respeito à energia, combustível, instalações de transporte, a disponibilidade de suprimentos de carvão e sua única proximidade aos portos disponíveis para transporte oceânico. A natureza dotou estas áreas com “presentes” que parecem estar sendo conduzidos rumo ao desperdício. Durante a guerra, e após, temos construído sistemas de

transporte e fornecimento de energia, o retorno nós não aparentamos estar ansiosos para assegurar.

Atualmente, novas indústrias não estão se dirigindo à essas áreas, mas estão fluindo senão para as áreas agrícolas no Sul e Oeste da Inglaterra, ou para a Grande Londres. No primeiro caso, eles estragam irrevogavelmente algumas das mais belas paisagens do mundo, assim arruinando para sempre uma das nossas maiores heranças nacionais e, incidentalmente, destruindo um ativo de considerável valor econômico em uma era a qual a indústria turística é uma indústria de real importância. No segundo caso, eles aumentam a congestão de população na Grande Londres, a qual cria a cada dia problemas insolúveis de transporte, saúde, etc. etc. Certamente a Comunidade tem o direito de planejar a locação da indústria em desenvolvimento? O fabricante individual não vai e não pode considerar o balanço de ganhos e perdas à Comunidade como um todo quando ele estabelecer seus serviços. Nenhuma entrada é feita na folha de balanço do fabricante pelo custo à Comunidade de migrar novos trabalhadores para dentro de sua área, de construir-lhes casas, estradas e esgoto, e os prover com gás, água, eletricidade, ônibus e bondes, tratar do custo da congestão populacional e finalmente fora o custo de capital social abandonado nas áreas deprimidas onde as novas indústrias podem ter se instalado. Todas estas cobranças tiveram de nascer de alguma forma pela Comunidade como um todo e frequentemente pelas autoridades locais. Nós cremos que esta questão do direito à supervisão do local das novas indústrias é uma das mais importantes a qual pode ser assegurada para a Comunidade hoje. Planejamento Nacional, no sentido mais verdadeiro da palavra, é impossível sem isto. Novamente, nenhuma nova política abrangente de habitação, tal a que sugerimos abaixo, é possível sem esta provisão.

Atualmente os municípios constroem novas casas, geralmente em concordância com o esquema de planejamento urbano, para reabrigar moradores de bairros pobres, mas não tem o poder de trazer as indústrias para dentro das áreas indicadas pelos planejadores. Conseqüentemente, os trabalhadores nas novas casas têm de viajar longas distâncias para seus trabalhos; o Ministério do Trabalho através de seu Departamento de Treinamento e Transferência está constantemente levando homens para longe das áreas deprimidas, mas não tem garantia de emprego para treiná-los ou alojamentos para oferece-los; os subsídios Estatais são usados para habilitar cada autoridade local o poder de construir casas e estradas sem saber onde e porquê elas serão requeridas; enquanto que o industrialista traz seus serviços à um distrito que ele mesmo escolheu, frequentemente em terrenos irracionais ou inválidos, e reclama que não consegue operários, alojamentos, energia e/ou transporte. Uma vez que, entretanto, nós criamos uma organização para o planejamento ordenado da nova revolução industrial a qual indubitavelmente virá, grandes projetos de habitação tornam-se possíveis. Estes seriam largamente adicionais para os projetos de remoção de bairros pobres. Novamente, este planejamento industrial nacional deve, com certeza, ser efetuado em conjunto com o desenvolvimento Agrícola o qual propomos abaixo.

MOEDA E DÍVIDA

Acreditamos que nenhuma proposta económica sucederá, por fim, a menos que inclua o planejamento racional da moeda, de modo a

que a queda desastrosa da generalidade do nível dos preços acabe, e que seja dada aos produtores uma expectativa firme de uma estabilidade razoável do nível dos preços no futuro. A queda do nível dos preços causou, nos últimos anos, um aumento enorme da proporção de receita nacional direcionada para pagar a Dívida Nacional, e de todas as outras seguranças com juros a uma taxa-fixa. Temos de pagar muito mais dinheiro em juros do que o que nos foi de fato emprestado. Com efeito, embora tenhamos pago somas esmagadoras todos os anos, desde o fim da Guerra, para a redução da dívida, a Dívida é hoje em dia, graças à queda geral do nível de preços, um fardo muito mais pesado do que era há dez anos. Atualmente, estamos a gastar quase metade do Orçamento para saldar a Dívida.

O efeito da queda geral do nível dos preços nos últimos dez anos tem sido a transferência para os rentistas e acionistas passivos de um enorme tributo anual, vindo dos setores de produção ativa da Comunidade, dos trabalhadores e patrões da mesma forma. Não pode ser mais enfatizado que, no caso da Dívida Nacional, este fardo pesado tem de ser cobrido através de impostos, que por sua vez têm de ser cobridos pelo rendimento da indústria. O industrialista e o trabalhador sofrem igualmente por causa disso. Pode ser impossível voltar ao passado, mas a experiência dos últimos dez anos ensinou-nos que é imprescindível evitar uma futura queda geral do nível dos preços. Pois uma queda dessas causa um aumento real do peso da dívida, de uma forma muito mais rápida do que se a pode reduzir, mesmo através de gigantescos reembolsos de capital.

O problema das Dívidas Internacionais é necessariamente distinto. No entanto, não pode haver dúvidas de que os resultados econômicos

advindos de Reparações de Dívidas Entre Aliados têm sido desastrosos, tanto para o mundo enquanto um todo, como para a Grã-Bretanha. A Grã-Bretanha recebe tanto, por parte de países Europeus, quanto paga à América. Consequentemente, tanto enquanto nação Credora e Devedora, não tem nada a ganhar ou perder diretamente com um mútuo Cancelamento da Dívida. Isto põe o Governo Britânico numa boa posição para iniciar um movimento para o cancelamento de todo o endividamento de Guerra, através de um acordo mútuo. Mais cedo ou mais tarde, o facto de estar a perder bem mais com comércio do que está a ganhar financeiramente com os pagamentos da dívida, poder-se-á tornar evidente para o povo Americano — tal como já se tornou evidente para os Banqueiros e Industriais Americanos. O Governo Britânico deveria mostrar a sua vontade em cancelar todas as obrigadoriedades da dívida de Guerra estrangeiras, na condição de que o Governo Americano faça o mesmo. A menos que um passo deste género seja tomado, e a menos que a queda no nível geral dos preços seja corrigida, o endividamento internacional tornar-se-á um fardo ainda mais intolerável, e deve tender para a omissão e para a repudição.

Além disto, os efeitos de uma queda no nível geral dos preços na desvalorização dos negócios são demasiado bem conhecidos para precisar de uma explicação aqui. Em ambos os casos, a manutenção de uma estabilidade relativa no nível geral dos preços no futuro é indispensável.

É, inquestionavelmente, preferível que a estabilização do nível mundial dos preços seja atingida internacionalmente através da administração cooperativa da reserva mundial de ouro por parte dos grandes Bancos Centrais. Mas não parece haver uma expectativa

substancial de tal política mundial se desenvolver. A outra melhor coisa a se fazer é os Bancos Centrais do Império Britânico conseguirem um nível de preços Imperial estável, através de regulações dentro do Império, o que libertaria a nossa moeda do caos monetário mundial. Mesmo que isto se prove impraticável no futuro imediato, acreditamos que a questão de assegurar uma estabilidade interna no nível dos preços para este país terá de ser encarada com toda a seriedade. Isto é de tal importância que nenhum outro objetivo menos importante pode ter permissão para o atrapalhar. Nós não somos, não obstante, daqueles que acreditam que uma estabilidade no nível geral dos preços resolveria todos os problemas. A tendência desastrosa das forças econômicas indiretas para desproporcionar a produção — para produzir demasiado uma coisa e insuficientemente outra — manter-se-ia. Isso só será resolvido com um planejamento nacional. Mas concordamos prontamente que tal planejamento nacional é impossível sem uma estabilidade relativa no nível geral dos preços.

PARTE III

A MÁQUINA DO GOVERNO

Temos consciência de que qualquer programa que vise uma reconstrução nacional fundamental é impossível realizar com as máquinas Parlamentar e Governamental atuais. Levariam anos para conseguir transportar metade da legislação inferida nas nossas propostas da Câmara dos Comuns para os procedimentos atuais. Mas a emergência requer uma política que se movimente num período de meses. Consequentemente, propomos uma reforma completa na máquina. O objeto de reforma seria a garantia de que o Governo eleito pelo povo estivesse numa posição para implementar a vontade nacional. A atual posição é um mero escárnio da democracia. Nos últimos dez anos, repetidamente, a nação votou no que acreditava ser uma política de ação. Mas cada Governo, quando eleito, descobriu que a máquina administrativa e legislativa era tão antiquada e inconveniente que era completamente impossível fazer alguma coisa. Daí nenhum Governo ter tentado seriamente cumprir as suas promessas eleitorais. O país percebeu isto, e a apatia e a desilusão cresceram. A política está em perigo de se tornar um mero "jogo" para jogadores profissionais isolados da realidade.

A única forma de sair desta situação é através da invenção de uma máquina que permita que um Governo ponha em prática na atualidade o programa que apelou ao país. Isto é, de fato, a única maneira de salvar a realidade da democracia. Visto que a realidade da democracia consiste em prover uma máquina legislativa e

administrativa que consiga implementar a vontade nacional, em vez de a impedir e frustrar, como faz no atual sistema. Para fazer isto, todo um labirinto de formas e convenções do sistema tradicional deve ser desmantelado; só assim, contudo, pode o sufocamento da vontade nacional ser evitado.

Dizemos amplamente ao Eleitorado: "Escolham qualquer Governo que vos agrade. Mas quando o tiverem escolhido, pelo amor de Deus, permitam que faça o seu trabalho sem ser frustrado e desorientado por procedimentos legislativos e administrativos desenvolvidos expressamente para evitar que as coisas sejam feitas."

PARLAMENTO

De forma geral, o Parlamento tem de ser aliviado dos detalhes. A sua função essencial tem de ser delegar poder a um Governo Executivo cujo caráter seja decidido através da decisão eleitoral da nação; mantê-lo no poder até e a menos que cometa alguma ação que, na opinião do Parlamento, merece ser censurada; nesse caso, retirá-lo do poder através de Voto de Censura direto e apelo ao Eleitorado; debater amplamente os princípios da ação do Governo, como é atualmente feito nos debates de "Second Reading"⁷; interrogar os

⁷ "Second Reading" (literalmente "Segunda Leitura") é a primeira oportunidade de debate, por parte dos membros do parlamento britânico, dos princípios essenciais de um projeto de lei. A partir do debate de "Second Reading", o projeto de lei, se aprovado, é

Ministros acerca das suas ações, para que qualquer coisa que o Parlamento considere necessitar de elucidação seja totalmente exposto.

Propostas exatas à reforma do Parlamento, nestas diretrizes, podem ser submetidas. Particularmente, o atual e inconveniente procedimento para lidar com "Projetos de Lei Privados", promovido por municípios, etc., necessita de uma reforma minuciosa. De forma geral, as nossas propostas serão desenhadas tanto para permitir que o Executivo aja com rapidez e precisão, o que as condições modernas tornaram imperativo, quanto para converter o Parlamento de um mero "Paraíso de Obstrucionistas", como é na atualidade, para um verdadeiro agente do interesse nacional. Assim, com este procedimento extremamente simplificado, seria novamente possível aos homens e mulheres que realmente desempenham um papel importante nos assuntos da nação sentarem-se no Parlamento, e a presente acusação de que o Parlamento se degenerou numa "talk shop"⁸ para políticos profissionais seria resolvida.

levado para estádio de comitê, onde cada cláusula e proposta de emenda são debatidas. (NT)

⁸ Expressão inglesa que se refere a falar sobre um assunto de trabalho, com colegas de trabalho, num local que não seja de trabalho. (NT)

O EXECUTIVO

Esta reforma drástica no procedimento Parlamentar não é, contudo, suficiente. As condições sob as quais o Governo é dirigido neste país, hoje em dia, faz com que uma política nacional bem pensada seja impossível. O sistema de Gabinete⁹ degenerou-se, de tal forma que não consegue mais formular ou pôr em prática o tipo de programa de reconstrução nacional que contemplamos.

Atualmente, o Governo deste país está nas mãos de um Comitê de mais de vinte homens, que se encontram irregularmente no máximo uma ou duas vezes por semana, e composto por homens cuja maioria está sufocada com os assuntos dos Grandes Departamentos que comandam. Não espanta que este país, sob qualquer tipo de Governo, nunca tenha tido uma política consciente nos últimos dez anos, e tem vagueado de crise em crise.

É essencial que se forme um Comitê de Gabinete interno mais pequeno, de cinco ou seis homens. Estes homens devem ser Ministros sem portfolio: isto é, devem ser libertados de administrar um grande Departamento de Estado, para que todas as suas energias sejam devotas a formular e implementar a política geral do Governo. Eles devem formar um pequeno Comitê sob o Primeiro-ministro, e as suas decisões devem ser vinculativas entre todos os Ministros

⁹ Sistema onde a estrutura da tomada de decisões é formada por um coletivo governamental, composto pelo Primeiro-ministro e outros ministros de gabinetes. (NT)

Departamentais. O Gabinete de Líderes Departamentais continuará, claro, a reunir em intervalos.

Esta proposta foi descrita como uma tentativa de estabelecer cinco Ditadores. Tal acusação não poderia ser mais inepta. Não há nada mais ou menos democrático em depositar a enorme responsabilidade das decisões do Governo num Gabinete de cinco homens, que são livres de qualquer outro trabalho, do que em depositá-la, como no presente, a um Gabinete de vinte homens, que estão demasiado ocupados para considerarem seriamente as suas decisões mais importantes e vitais. A única diferença é que um sistema funcionará, enquanto o outro não funciona.

PARTE IV

RECONSTRUÇÃO IMEDIATA

O PLANEJAMENTO DO TRABALHO

Creemos que a política de organização e planejamento nacional e da Comunidade (*Commonwealth*), que já indicamos várias vezes anteriormente, é a única saída da crise. Mas reconhecemos que a situação imediata confronta-nos com um problema de desemprego que não tolera lentidão. É inútil negar — uma vez que os fatos provam o contrário — que a manutenção do atual enorme exército de homens despropositados, que não têm culpa própria, mesmo com o seu nível de vida baixíssimo, está tornando-se um fardo, que ameaça colocar tal tensão no Estado e Indústria, causando ele mesmo novo desemprego.

Esta situação é muito séria e exige ação urgente. Acreditamos que a questão da manutenção dos desempregados não pode ser separada da de provisão do trabalho. Não conseguimos simplesmente compreender a atitude das pessoas que não acham que é tempo de dar trabalho a um grande número de pessoas urgentemente necessitadas, o que curaria o país e lhe daria um regresso sólido. Detalhamos abaixo as três esferas principais às quais se subordina este trabalho: nomeadamente (1) Alojamento, (2) Agricultura, (3) Eletricidade, Transportes, etc. Trabalho deste tipo, que é urgente ser feito, pode ser

encontrado no futuro imediato para os homens que estão claramente e permanentemente fora dos seus antigos trabalhos.

ECONOMIA

É perfeitamente verdade que isto envolverá o investimento de grandes somas de dinheiro nas infracitadas melhorias de capital para este país, e que este dinheiro deve ser reunido pelo Governo através de empréstimos. Mas isto não é minimamente inconsistente com a política de uma economia estritamente governamental, que é corretamente considerado um ponto importante em qualquer política construtiva. A importância de distinguir claramente capital de renda, produtivo de não produtivo, a despesa não pode ser exagerada nesta conexão. A título de exemplo, não há nada minimamente inconsistente em investir £100 milhões em re-alocar moradores de bairros pobres, e, ao mesmo tempo, insistir numa redução substancial na despesa do Governo. De facto, a despesa de capital reduz automaticamente a despesa de renda, onde emprega um homem desempregado em trabalho econômico.

É o objetivo primário de toda a nossa política — tanto no lado de planejar a vida industrial da comunidade da forma supraindicada e no desenvolvimento em larga escala do Alojamento, da Agricultura e dos Transportes (que será indicado abaixo), para reduzir a despesa improdutiva do Governo, na manutenção dos desempregados na única forma tolerável — nomeadamente, dando-lhes trabalho.

ALOJAMENTO

Uma quantidade quase ilimitada de trabalho não meramente útil, mas urgentemente necessário, está parado à espera que seja feito, na provisão de casas decentes para as massas do povo Britânico. Uma reserva ampla de mão treinada está disponível imediatamente, uma vez que há desemprego em massa na própria indústria de construção. O que impede a provisão de emprego a várias centenas de milhares de homens hoje em dia é a mera falta de vontade dos Governos de fazer um corte na maquinaria irremediavelmente morosa pela qual eles tentam induzir os Municípios a construir casas oferecendo-lhes subsídios.

É sugerido que o Estado tire dos Municípios, para si, o problema a reconstrução/remanejamento dos bairros pobres, e faça casas da mesma forma como as municações eram produzidas na Guerra. O problema destes bairros, o problema que é realojar uma proporção substancial de população das grandes cidades, deve ser lidado com uma ação direta do Estado deste caráter. Este problema é distinto do comum problema de corresponder as necessidades normais de alojamento da população, que deve ser entregue, no presente e em qualquer outra altura, aos Municípios e a empresas privadas que operem dentro de limites definidos relativamente à racionalização do espaço, ao planejamento, etc. O problema do remanejamento dos bairros pobres deve, de fato, distanciar-se do problema genérico de alojamento, para ação direta do Estado. Para este propósito, algo equivalente a um Serviço de Construção tem de ser inaugurado começando, se necessário, com a produção de materiais e partindo diretamente para o processo de demolição, reconstrução e provisão de

acomodações alternativas e temporárias, com instalações de transporte temporárias, etc.

Este esforço de grande escala não seria conduzido por Whitehall, mas por um Conselho de Alojamento, constituído por estatuto. A magnitude e localização exatas do trabalho poderia ser determinado com precisão e antecedência. Poderia, por exemplo, ser determinado reconstruir os bairros pobres das nossas grandes cidades num período definido. Emprego estável no novo serviço de construção poderia ser garantido para esse período, o que deveria acionar o apoio ativo dos Sindicatos da Construção. Todo o trabalho poderia ser financiado por Títulos de Limpeza de Favelas¹⁰, garantidos pelo Estado. A diferença entre a renda econômica para cobrir o serviço de interesse dos Títulos e a renda que os atuais ocupantes das favelas poderiam pagar com os seus presentes salários, teria de ser resolvida, se necessário, pelo Estado enquanto um serviço de saúde nacional. O quão grande seria o ganho nacional — mesmo num ponto de vista estritamente econômico — com isto, pode ser evidenciado pelo facto de que não menos de 29,5 milhões semanas de trabalho (muito mais do que já foram perdas como resultado de greves) — são perdas, por ano, neste país, como resultado de doenças. Uma proporção muito elevada desta perda terrível de eficiência nacional por causa de doenças advém das condições abomináveis de alojamento das nossas cidades. Nem o custo monetário do Estado seria tão elevado como aparenta ser se os

¹⁰ Nota da Tradução: As expressões “Limpar Favelas”, “Limpeza de Favelas”, “Remanejamento de bairros pobres”, “Reconstrução de bairros pobres” são encontradas no texto original de forma essencialmente iguais, optou-se pelas duas traduções por não encontrar uma expressão única, melhor para todas as menções.

mesmos métodos, que se provaram tão eficientes no caso análogo das munições na Guerra, fossem empregados na produção em massa de materiais de construção e casas ou prédios. A reclamação de compensação do senhorio de favelas já foi negada pela legislação Conservadora. Acredita-se que nenhuma outra reforma envolveria um benefício nacional tão grande, com uma carga tão baixa para as Finanças Públicas.

AGRICULTURA

A agricultura é um campo onde o trabalho, juntamente com a urgência do alojamento, está esperando ser feito. Em primeiro lugar, acreditamos ser essencial encontrar algum método de garantir ao agricultor Britânico um mercado seguro e um preço estável. A agricultura foi quase arruinada pelas flutuações dos preços nos últimos dez anos. Para o agricultor, entre o longo período de plantação e de colheita, é de se esperar poder confiar em estabilidade de preços. Somos contra propostas brutas de imposição de uma taxa sobre produtos alimentares. Cremos que se podem alcançar benefícios para o produtor nacional através de métodos de produção, processamento e comercialização mais eficientes. No entanto, a nossa importação de bens alimentares deve ser controlada e regulada por um Conselho de Controlo de Importações, o que afetaria economias consideráveis, com a compra em volume de muitas das nossas importações necessárias de alimentos.

Aqui o Governo já começou, mas é necessário mais, se é para deixar uma marca neste problema difícil. É essencial que aumentamos

a produtividade da terra, para que possamos atingir um equilíbrio melhor entre a indústria e a agricultura, e para que possamos melhorar a nossa balança comercial, tornando-nos menos dependentes de certos fornecedores estrangeiros de bens alimentares, que podemos muito bem aqui produzir. Além disso, temos um problema de excedente laboral no Norte Industrial, o que, através de mudanças revolucionárias na indústria, racionalização e proliferação do industrialismo pelo mundo afora, provavelmente nunca será absorvido novamente nas suas antigas indústrias. Devemos focar-nos em fornecer emprego na terra a um número de pessoas, que normalmente se teriam anexado a uma das antigas indústrias.

A primeira coisa que se deve fazer, é a realização de um levantamento sistemático da terra agrícola da Grã-Bretanha, para que possa ser mapeada em zonas com o objetivo de classificar áreas consoante com o tipo de agricultura para que são adequadas. Assim, ver-se-ia provavelmente que certas partes do Norte e do Ocidente da Inglaterra ficariam com um grande número de agricultura de pequeno porte e familiar, enquanto os condados do Oriente teriam de ser desenvolvidos para a produção de cereais em grande escala. No caso da agricultura de pequeno porte e familiar, a produção por acre¹¹ não deverá aumentar, mas o valor social da mudança será elevado, tendo em conta a situação de desemprego nos nossos centros urbanos, e a saúde do nosso povo aumentará com uma melhor distribuição da população. Mesmo se não houvesse melhoria na prática agrícola, um número de homens comprometer-se-iam na produção de comida, em vez de estarem no fundo de desemprego. Nos condados Orientais, a

¹¹ Antiga unidade de medida de terras. Equivale a 4046,8564224 m²/0,404685642 hectares. (NT)

cultivação em grande escala, com tratores, etc., mesmo talvez não aumentando o número de empregados, preveniria o abandono das terras, e, por esse meio, salvaria a população rural do desemprego e da pobreza crescente.

Neste contexto, pensamos que as propostas do Partido Liberal¹², sobre como resolver a questão do desemprego, são merecedoras de consideração. De acordo com estas propostas, o Estado deve ganhar poder para adquirir terras onde o solo necessita de melhorias e os edifícios reequipamento, e terra que não pode ser cultivada rentavelmente sob as condições existentes, ou que precisa de ocupação, principalmente no lugar de impostos sucessórios¹³ ou na base de pagamentos, ao dono, de uma anuidade que equivalha à renda líquida. O Estado deve, onde necessário, reequipar e recondicionar tais terras como um preliminar ao seu arrendamento a inquilinos, para serem cultivadas de acordo com os padrões modernos. Muitas destas propostas já estão incluídas no Projeto de Lei de Ocupação de Terras¹⁴ do Governo, que poderá em breve tornar-se lei, mas a parte que lida com o aceitamento de uma terra apropriada no lugar de impostos sucessórios foi até agora contraposta pela Tesouraria, com o argumento de que os impostos sucessórios são para a produção geral de receita e não para alcançar mudanças econômicas como o desenvolvimento agrícola que propomos. Porém, se o processo de aquisição de terras deste tipo fosse espalhado por um período de anos, a perda para a receita não seria considerável. O

¹² Antigo partido político inglês, em funcionamento entre 1859 e 1988. (NT)

¹³ Imposto sobre a herança. (NT)

¹⁴ *Settled Land Act* de 1925. (NT)

próximo passo deveria ser o Estado executar, o mais rapidamente possível, a criação de várias pequenas fazendas familiares em terra adquirida através dos métodos já descritos. Há áreas consideráveis na Inglaterra onde uma fazenda familiar de 50-150 acres fornece uma unidade econômica eficiente. Em áreas onde o clima, solo e a proximidade aos mercados permitem, com sucesso, a criação de estoques de frutas, vegetais e suínos, a fazenda familiar aguenta sozinha contra outras formas de exploração.

É também digno de se considerar se o Estado não deveria, através de uma organização de crédito agrícola, fazer avanços capitais relativamente a donos-ocupantes para a aprovação de planos de recondicionamento e reequipamento das suas terras para uma agricultura modernizada. Os métodos atuais de concessão de crédito a fazendas, sob os atos passados pelo último Governo Conservador, são, em grande medida, insignificantes, devido ao facto de que o funcionamento do plano estar sobretudo nas mãos dos grandes bancos privados, que não têm nenhum interesse direto no desenvolvimento agrícola. Esta é uma função que o Estado deve assumir, mas deve-se opor ao uso de dinheiro público para a subsídio de indústria privada sem o controlo necessário. A concessão de dinheiro público para o recondicionamento teria de carregar consigo a obrigação do dono-ocupante pagar juros sobre o capital emprestado pelo Estado e de observar certos padrões de cultivo. A fim de que essa agricultura, recapitalizada desta forma quando necessitado, possa ser auxiliada a captar uma parte maior do mercado nacional de alimentos, consideramos que as seguintes medidas devem ser tomadas.

(a) Uma revisão das taxas sobre as ferrovias e instalações portuárias, para que, ao invés dos produtos estrangeiros terem

preferência, como acontece atualmente, seja dado ao agricultor Britânico um acesso mais fácil e mais barato ao mercado Britânico. Se é para se dar preferência, deve ser ao produtor nacional.

(b) Melhores arranjos de mercado, a grosso modo da forma proposta pelo Projeto de Lei sobre a Comercialização¹⁵ deste Governo, de modo a assegurar aos agricultores uma maior parte do preço pago pelo consumidor.

Em adição aos desenvolvimentos agrícolas já descritos, acreditamos que é essencial organizar Assuntos de Utilidade Pública para operar matadouros, fábricas de bacon, leitárias, unidades de enlatamento, etc., e para desenvolver novas indústrias para tratar, na linha de produção em massa, os subprodutos que seriam obtidos. Estas indústrias forneceriam novo emprego para um amplo número de trabalhadores e relacionariam os lucros das indústrias com a comercialização dos produtos agrícolas, lucros estes que de momento vão para produtores estrangeiros. Para coordenar as atividades de toda a indústria agrícola nas várias formas descritas, acreditamos que um Conselho Nacional para a Agricultura deveria ser criado. Tal Conselho Nacional, trabalhando juntamente com o Conselho do Controlo dos Transportes, provavelmente estabilizaria toda a indústria. Desta forma, cremos que a agricultura pode ser levantada da atual condição de depressão e tornar-se uma das mais prósperas indústrias, encontrando emprego para uma proporção muito maior de população.

¹⁵ *Agricultural Marketing Act* de 1931. (NT)

ELETRICIDADE E TRANSPORTE

Com uma reforma drástica de todos os métodos atuais de como lidar com o assunto, mas apenas nesta condição, uma quantidade imensa de trabalho necessário espera por ação Governamental, nas áreas relacionadas de Transportes e Eletricidade (incluindo Estradas e Telefones). Aqui não há uma diferença real na questão da conveniência do trabalho. Toda a nossa divergência com Governos anteriores é na questão do ritmo em que estas propostas devem ser iniciadas. Estamos dispostos a acreditar que o atual Governo alcançou os limites da velocidade com a atual maquinaria de Administração. Toda a essência da nossa proposta é que é agora urgente mudar essa maquinaria.

IMPOSTOS

Enquanto a nossa política exige o investimento endógeno de largas somas de dinheiro em planos de desenvolvimento nacional, também reivindica uma redução nas despesas improdutivas do Governo. Os impostos na Grã-Bretanha ascendem a £15 per capita, comparativamente com £7 per capita na Alemanha e £6 per capita nos Estados Unidos da América. Isto impõe uma séria deficiência na indústria Britânica comparativamente com a indústria no exterior, e dá origens diretamente a ataques aos Serviços Sociais que se desenvolveram para uma situação perigosa. Se a Despesa Anual for examinada, ver-se-á que de uma despesa total de 800 milhões, não

menos de 550 milhões vão para três itens — o Serviço da Dívida, Armamento e a manutenção dos Desempregados. É sobre estas três seções, e não nos Serviços Sociais, que a redução da despesa deve ser promovida. Relativamente à Dívida, já dissemos algo numa página anterior. Relativamente ao armamento, propomos, como será visto à frente, uma redução substancial na despesa. Relativamente à despesa na manutenção dos desempregados, cada indivíduo desempregado custa, ao Fundo de Segurança (*The Unemployment Insurance Fund*), em média £57 por ano, e a enorme despesa anual que isto representa é um incentivo permanente aos Governos a procurar uma solução reduzindo benefícios. Na nossa opinião, só há uma forma de reduzir isto, e isto é não atacando o Fundo de Segurança, reduzindo as taxas de benefícios ou aumentando as contribuições dos trabalhadores e patrões, mas encontrando trabalho para os desempregados. Isto é essencial.

Reduções nos impostos serão possíveis através de uma política que forneça trabalho, e nós acreditamos que alívio, como e quando se tornar possível, deve ser dado ao contribuinte das formas seguintes: (a) nos impostos sobre os alimentos, (b) nos rendimentos mais baixos e (c) em somas definitivamente reservadas por empresas para trabalho de desenvolvimento. Advogamos reduções substanciais nestas esferas, sendo o dinheiro encontrado nas seguintes fontes: (1) Uma redução substancial na despesa do armamento (ver abaixo). (2) Os direitos Aduaneiros que advogamos sobre importações de luxo que não são adequadas de tratamento pelo método do Conselho de Importações, licença, etc. (3) Uma redução drástica no Fundo Legal de

Amortização¹⁶ (*Statutory Sinking Fund*). Isto nós acreditamos ser uma seção única pelas seguintes razões. A proposta é baseada numa visão apoiada por muitos grandes industrialistas — que é insensato tentar pagar a Dívida de Guerra tão rapidamente. Sobrecarregar o difícil presente por uma posterioridade próspera (se realmente sobrevivermos) é como pedir a um homem que boxe vinte rounds depois de se levantar de uma gripe, enquanto que com acondicionamento e treino preparar-se-á para o exercício. À luz da história, este esforço é uma absurdidade. A América emergiu da Guerra Civil com uma dívida nacional de £2.000 milhões e com uma riqueza nacional calculada de £3.000 milhões. No início da Grande Guerra, a sua riqueza nacional era aproximadamente £30.000 milhões, e a dívida totalmente saldada. Que insensata teria ela sido se tivesse afetado, por esforços prematuros de reembolsos, o seu grande desenvolvimento que tornou a dívida irrelevante. A posição e a experiência da Grã-Bretanha de emergir das Guerras Napoleônicas foram muito semelhantes. Se a nossa política econômica triunfar, a dívida atual deverá assumir proporções totalmente diferentes relativamente à riqueza no futuro.

Governos sucessivos procuraram, através da manutenção de um Fundo de Amortização altíssimo, corroborar grandes esquemas de conversão. Contudo, estes esforços, até ao momento, resultaram apenas numa valorização artificial adicional de títulos de toda a

¹⁶ Entidade econômica que procede ao exercício de amortização, i.e., ao processo de reembolso de uma dívida através de pagamentos periódicos prestacionais. (NT)

confiança¹⁷ e em mais aumentos do poder de compra da classe rentista à custa do resto da Comunidade. Como já foi mostrado com força considerável, a esperança de baixar a taxas de juros a que um Governo Britânico pode tomar emprestado, a um nível bem mais abaixo que as da taxa de juros mundial, é amplamente ilusória, e a redução das taxas de juros mundiais dependem muito mais de métodos inteiramente diferentes, como um Consórcio em Londres, Paris e Nova Iorque para lidar com "devedores aflitos", que estão a manter as taxas de juros competindo desesperadamente uns com os outros no mercado monetário.

Em qualquer caso, esforços para afetar a conversão através de deflação e depressão são contraproducentes. A Tesouraria aumentou os títulos de toda a confiança simplesmente tornando os investimentos industriais tão desvantajosos que o investidor não tem solução a não ser comprá-los. O efeito adicional dessa política, que se está agora sentindo, é o investimento dos Fundos Britânicos no exterior, ao invés de nos industriais Britânicos ou títulos do Governo.

DEFESA

Na esfera da eficiência das forças de defesa da nação está um grande domínio para a economia Governamental. Sugerimos a edificação de um Ministério da Defesa. Tal Ministério poderia, de

¹⁷ Títulos de toda a confiança (tradução livre de *gilt-edged securities*) são obrigações de dívida emitidas em vários países da Commonwealth, originárias da Grã-Bretanha.

facto, implicar um pouco mais do que um alargamento e uma reorganização do actual Comité da Defesa Imperial. Uma soma monetária total, substancialmente menor do que a despesa actual, deveria ser votada pelo Parlamento para este Ministério, para alocação entre o Exército, a Marinha e a Força Aérea. Será descoberto, sugerimos, que estamos gastando vastas somas em armamento obsoleto, o que poderia ser severamente reduzido. Ao mesmo tempo, se o nosso armamento realmente moderno e eficaz fosse inteiramente conservado, até tal altura, enquanto acordos de desarmamento com outras nações chegassem, a segurança da nação aumentaria definitivamente.

CONCLUSÃO

Este é o nosso programa para lidar com a presente emergência. Não é sugerido que cubra toda a área de assuntos políticos.

Por exemplo, não há menção de assuntos grandes como a Educação, o futuro da Índia ou mesmo toda a questão dos Assuntos Estrangeiros. Discutir tais problemas necessitaria a escrita integral de um Tratado político. A intenção dos responsáveis por este programa é mais modesta. É de indicar "uma linha" que eles acreditam fornecer a única forma tolerável de sair da crise nacional. Assuntos mesmo da maior importância foram apenas discutidos conforme a sua relevância na crise econômica imediata. Essa crise é tão profunda, as suas ramificações são tão extensas, e as medidas essenciais para a sua solução são tão fundamentais, que a nossa análise e programa proposto conduziu-nos por uma ampla gama de tópicos. Porém, os

leitores não devem supor que ignoramos arbitrariamente os problemas não mencionados nestas páginas.

Nem supomos nós que, mesmo nessa área de política a que este programa concerne, é a última palavra na sabedoria política. Pode ser sugerido — foi sugerido — que as nossas propostas para a reforma Parlamentar são antidemocráticas. A isto nós respondemos que sistemas de governo levantar-se-ão ou cairão pelo teste de quão se conseguem provar adequados a lidar com situações a que são chamados para enfrentar. Os inimigos reais da democracia não são aqueles que sugerem que alcançamos uma fase onde os métodos antiquados do Parlamento devem ser modernizados, mas aqueles que, por conversa interminável e obstrução, paralisam a máquina Parlamentar numa altura em que a ação é essencial, trazendo a democracia Parlamentar para o desprezo.

Uma coisa reclamamos para o programa que delineamos. É um esforço, por parte dos homens que entendem a gravidade da crise, de convocar a nação para ação de uma política mais realística do que qualquer uma posta em prática, até ao momento, por qualquer Governo. E convidamos todos os nossos concidadãos que concordam com as suas diretrizes a comunicarem conosco e a apoiarem-nos no nosso esforço para dar um novo ímpeto às políticas Britânicas; para assegurar ação eficaz antes que seja tarde demais.

SUMÁRIO

O panfleto é descrito pelos seus autores como "um programa de esforço nacional disciplinado para responder à emergência com que somos confrontados."

A CRISE (Página 11).

Os sintomas da emergência nacional são o desemprego em massa, amplos e pesados ataques na indústria e défices orçamentais que levaram a demandas para reduções na Segurança ao Desempregado (*Unemployment Insurance*), nos Serviços Sociais, etc.

A POLÍTICA (Página 29).

O panfleto propõe uma política emergencial de reconstrução nacional na única forma tolerável de sair desta crise. Após uma breve análise da posição econômica da Grã-Bretanha, tanto relativamente ao comércio interno e externo, são feitas uma série de propostas definitivas para a reconstrução nacional. Estas propostas dizem respeito a três ideias:—

1. *Controle de Importações* (Página 34).

A proteção do mercado nacional através de um sistema para o controle das importações que é descrito com detalhe.

2. *Parceria Comunitária* (Página 35).

Parceria econômica com os Domínios e as Colónias, na base de vantagens mútuas, e acordos comerciais com qualquer país estrangeiro com quem se possam fazer arranjos para a manutenção e proteção do nosso comércio de exportação.

3. *Planejamento Nacional* (Página 43).

Um esquema compreensivo de Planejamento Nacional através de um Conselho Nacional de Planejamento Econômico que recrutaria assistência e aconselhamento dos melhores cérebros na indústria. Eles coordenariam o Conselho de Mercadorias para a regulação de importações e a racionalização da produção e comercialização.

Os instrumentos principais para o Planejamento Nacional devem ser:—

(a) *Um Conselho de Investimento Nacional* (Página 44).

Um Conselho de Investimento Nacional para mobilizar os nossos recursos capitais e torná-los disponíveis para reconstrução industrial num método definido.

(b) *Ciência* (Página 46)

A mobilização, em ligação com o Conselho de Investimento, dos nossos recursos nos campos da ciência e da tecnologia.

(c) *Moeda e Finanças* (Página 53).

Uma nova política relativamente aos problemas monetários que tornam o estabelecimento e manutenção de um nível geral dos preços estável um objetivo essencial ao que tudo o resto deve ser subordinado.

A REVISÃO DO PARLAMENTO (Página 57).

É reconhecido que, para tornar viável a condução deste programa compreensivo de reconstrução econômica, a máquina Parlamentar e Governamental precisa de uma revisão drástica. Logo, propostas que

libertariam o Parlamento de todo o trabalho detalhado são feitas. O Parlamento, sob estas propostas, voltaria a encontrar o seu lugar enquanto protetor das liberdades da Nação, capaz de alterar deliberadamente o Executivo; mas abandonaria a tentativa de controlar todos os detalhes da ação Executiva.

UM GABINETE EMERGENCIAL (Página 60).

O próprio Executivo, porém, tornou-se complicado, e são feitas propostas para uma reforma completa do Sistema de Gabinete. É proposto um menor Gabinete Comitê de Ministros, sem portfolio, para assistir o Primeiro-ministro a conduzir a política geral.

RECONSTRUÇÃO IMEDIATA (Página 62).

O panfleto reconhece que o programa de fundamental reconstrução econômica que propõe levará tempo a amadurecer. Enquanto isso, e de forma a preparar o país para a revitalização econômica, a reconstrução física da Grã-Bretanha deve ser realizada numa escala muito maior do que já foi proposto. O panfleto propõe nesta direção:—

(a) *Limpeza Nacional de Favelas* (Página 64).

Um plano de Limpeza Nacional de Favelas a partir do qual a tarefa de libertar as nossas Cidades dos seus locais infeciosos é tirada das mãos das Autoridades Locais e depositada nas de um Conselho de Alojamento Nacional, formado nas diretrizes do Conselho Central de Eletricidade.

(b) *Reconstrução Agrícola* (Página 66).

Oswald Mosley

Um plano compreensivo para a reorganização e reabilitação da agricultura é proposto e é tornado possível através do controlo das importações agrícolas.

